

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.455 - MT (2019/0110432-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : TAVARES CONSULTORIA LTDA
AGRAVANTE : CLAUDIO AREDES TAVARES
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS DE SOUZA PIRES E OUTRO(S) - MT001938
CÉSAR AUGUSTO DA SILVA SERRANO - MT005341
AGRAVADO : KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
ADVOGADOS : FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO - MT007627
ANA PAULA SIGARINI GARCIA - MT010133
Felipe Gazola Vieira Marques E OUTRO(S) - MT016846

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. 1. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS APONTADOS COMO VIOLADOS. SÚMULA 211/STJ. 2. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO VERIFICADA. 3. EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS COM INTUITO DE PREQUESTIONAMENTO. AFASTAMENTO DA MULTA. 4. CERCEAMENTO DE DEFESA. SUFICIÊNCIA DE PROVAS ATESTADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 5. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. 6. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por Tavares Consultoria Ltda. e outro, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, para impugnar acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 797-798):

RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEIS - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL - CERCEAMENTO DE DEFESA - NÃO OCORRÊNCIA - DANO MORAL E LUCROS CESSANTES - NÃO CONFIGURADO - DANO EMERGENTE - COMPROVADO - FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS - RECURSO DESPROVIDO E PROVIDO PARCIALMENTE.

Não há falar em cerceamento de defesa, quando o juízo, ao ponderar todas essas questões formou seu convencimento com base nas provas dos autos, sem necessidade de produzir outras.

A discussão em debate gira em torno do fato de ter o Banco fornecido

indevidamente talonário de cheques para pessoa sem poderes para emití-los em nome da empresa. Desse modo, tem-se que a averiguação se tal fato efetivamente ocorreu ou não pode ser feita por meio de prova documental, de forma a inexistir utilidade prática para o deslinde do feito laudo de perícia contábil.

A apresentação de cheques emitidos por ex-sócia, após a notificação quanto à sua retirada é passível de configurar falha na prestação do serviço prestado, o que enseja ressarcimento pelo dano material ante a falha na prestação dos serviços, sobretudo no que tange aos quesitos de segurança, o que, por si só, gera o dever de indenizar o dano.

Dessa forma, os valores deverão ser apurados no cumprimento de sentença, uma vez que há necessidade de levantar todos os cheque emitidos pela ex-sócia após a data da notificação do Banco quanto à sua retirada.

Os Apelantes baseiam suas alegações acerca da ocorrência de lucros cessantes no fato de clientes terem rescindido contratos com a empresa, por conta da inscrição de seu nome no SERASA.

Contudo, não há prova nos autos do nexo de causalidade entre as alegadas rescisões com a situação da empresa inscrita no cadastro de inadimplentes.

No tocante à incidência de dano moral, pessoa jurídica possui honra objetiva, ou seja, reputação perante a sociedade, de modo que para ensejar indenização por dano moral, é necessária a demonstração do abalo a essa fama comercial, em razão de ato ilícito praticado por terceiro.

In casu, o fato do nome dos Apelantes terem sido negativados em razão da celeuma que ocorreu com o Banco Apelado não é passível de configurar abalo à reputação da empresa.

Nos termos do artigo 85, § 14, é vedado a compensação da verba honorária em caso de sucumbência recíproca.

O artigo 85, §2º, do CPC dispõe acerca dos requisitos a serem observados quando da fixação de honorários e seu parâmetro remuneratório.

Diante disto, adequado fixar os honorários advocatícios em 10% sobre o valor atualizado da causa, *pro rata*, considerando que o autor decaiu da parte mínima do pedido, situação que se manteve nessa esfera recursal.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 829-835).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 845-869), os ora agravantes alegaram divergência jurisprudencial e violação dos arts. 9º, 10, 17, 113, III, 355, I, 369, 370, 373, 1.022, I e II, parágrafo único, e seu inciso II, e 1.026 do CPC/2015. Em síntese, sustentaram: **i)** contrariedade às garantias do contraditório e da não surpresa; **ii)** ocorrência de cerceamento de defesa; **iii)** negativa de prestação jurisdicional e; **iv)** a

indevida aplicação da multa nos embargos de declaração.

Contrarrazões às fls. 890-894 (e-STJ).

O recurso especial não foi admitido na origem, o que ensejou a interposição do presente agravo.

Brevemente relatado, decido.

De início, o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em negativa de prestação jurisdicional apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Sobre o tema, os seguintes precedentes: AgRg no REsp 965.541/RS, Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 17/5/2011, DJe 24/5/2011; e AgRg no Ag 1.160.319/MG, Desembargador Convocado Vasco Della Giustina, Terceira Turma, julgado em 26/4/2011, DJe 6/5/2011.

No que concerne à multa aplicada na origem por ocasião do julgamento dos aclaratórios, tem aplicação a orientação consolidada na Súmula 98 deste Tribunal, segundo a qual os "embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório".

No caso, não se vislumbra caráter protelatório apto a ensejar a aplicação da multa, razão pela qual deve ser afastada.

Com relação aos arts. 17 e 113, III, do CPC/2015, apontados como violados pelos recorrentes, cumpre destacar que eles não foram enfrentados pelo acórdão impugnado, incidindo o óbice da Súmula n. 211/STJ.

Quanto à alegada existência de cerceamento de defesa, a insurgência também não merece conhecimento.

De acordo com o princípio da livre persuasão racional, cabe ao magistrado avaliar as provas requeridas e rejeitar aquelas que protelariam o andamento do processo, em desrespeito ao princípio da celeridade processual. Sendo o magistrado o destinatário da prova, compete a ele o exame acerca da necessidade ou não da produção do aporte

requerido.

No caso dos autos, o Tribunal de origem asseverou ser despicienda a produção de prova testemunhal e pericial, além daquelas já constantes no processo, motivo pelo qual rejeitou a preliminar de cerceamento de defesa suscitada nos seguintes termos (e-STJ, fls. 800-802, sem grifo no original):

O Juiz de primeiro grau condenou o banco ao pagamento de danos materiais em valor a ser apurado na fase do cumprimento de sentença. Ainda condenou as partes em honorários advocatícios pro rata e determinou sua compensação, nos termos do artigo 86, do CPC.

Os Apelantes Tavares e Aredes Tavares L I DA- ME e outro, interpuseram Recurso de Apelação alegando, em preliminar, cerceamento de defesa, ao argumento de que o juiz dispensou a fase instrutória, sem ter oportunizado às partes manifestarem-se antes da sentença.

Aduz que a insurgência contra o laudo pericial consistiu em impugnação em virtude de ser parcial ao Banco, razão pela qual requereram a substituição do perito, pedido que não foi apreciado.

Pois bem. Como é cediço, é permitido o julgamento antecipado da lide quando o magistrado entender que a questão controvertida, de fato e de direito, já está suficientemente esclarecida pelos documentos colacionados aos autos, de forma que a produção de outras provas se torne desnecessária.

(...)

Em que pesem aos Apelantes alegarem que o Juiz sentenciante deixou de intimar as partes para manifestar antes da sentença e de não ter apreciado a impugnação da perícia contábil, tenho que eventual dilação probatória seria completamente inócua.

Com efeito, a discussão posta em debate gira em torno do fato de ter o Banco fornecido indevidamente talonário de cheques para pessoa sem poderes para emití-los em nome da empresa.

Desse modo, tem-se que a averiguação se tal fato efetivamente ocorreu ou não pode ser feita por meio de prova documental, de forma que não vislumbro qual a utilidade prática para o deslinde do feito laudo de perícia contábil.

Mesmo assim, tem-se que a perícia foi realizada (fls. 463/473), houve a manifestação das partes sobre o resultado do trabalho e, posteriormente, foi juntada complementação do Laudo (fls. 530/540) e as respectivas manifestações.

Dessa forma, não há falar em cerceamento de defesa, quando o juiz percorreu toda a fase de instrução necessária a formar seu convencimento.

De mais a mais, verifica-se que os fatos ocorreram entre os anos de 2004 a 2006, tendo a ação iniciada em 2009, de modo que não vislumbro utilidade na inquirição de testemunhas ou até mesmo na realização de nova perícia máxime porque as relações obrigacionais que revestem a celeuma apresentada nestes autos, podem ser dirimidas apenas com as provas documentais que já compõe o

caderno processual.

Assim, pela leitura das alegações sustentadas pelos Apelantes, observa-se que a questão em debate não demanda a produção de prova testemunhal nem pericial, além daquelas já constante dos autos, a fim de que possa dirimir a controvérsia.

Com essas considerações, rejeito a preliminar suscitada.

Dessa maneira, depreende-se que o Colegiado estadual julgou a lide com base no substrato fático-probatório dos autos, cujo reexame é vedado em âmbito de recurso especial, ante o óbice do enunciado n. 7 da Súmula deste Tribunal.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. POSSIBILIDADE. MAGISTRADO COMO DESTINATÁRIO DAS PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. CONFIGURAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. É possível o julgamento antecipado da lide quando o tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. Os princípios da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz (art. 130 do CPC) permitem ao julgador determinar as provas que entender necessárias à instrução do processo, bem como indeferir aquelas que considerar inúteis ou protelatórias.

2. Rever os fundamentos de não reconhecimento do cerceamento de defesa por ter sido a lide julgada antecipadamente demanda a reapreciação do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inadmissível em recurso especial, a teor da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1368476/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2014, DJe 17/06/2014)

Por fim, a jurisprudência desta Corte é no sentido de não ser "necessária a manifestação das partes quando a oitiva não puder influenciar na solução da causa ou quando o provimento lhe for favorável, notadamente em razão dos princípios da duração razoável do processo e da economia processual" (REsp 1.755.266/SC, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 18/10/2018, DJe 20/11/2018).

Assim, não há de se falar em vulneração aos arts. 9º e 10 do CPC/2015, pois a prova pleiteada no caso dos autos seria completamente inócua para o deslinde da

controvérsia, consoante excerto do acórdão recorrido acima destacado.

Diante do exposto, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, tão somente para afastar a multa aplicada pelo Tribunal de origem em decorrência da oposição dos embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

